

Edição 2025

ABDIB

EXPERIENCE

26 E 27 DE NOVEMBRO



SUMÁRIO

Abertura Primeiro Dia	03
Primeiro Painel	
Apresentação do Livro Azul da Infraestrutura 2025	04
<i>Avaliação da Situação, Desafios, Gargalos e as Perspectivas do Setor</i>	
Segundo Painel	
Segurança Jurídica, Regulação e Agenda Legislativa da Infraestrutura	07
<i>Os obstáculos e os avanços regulatórios da infraestrutura</i>	
Terceiro Painel	
Fontes de Recursos, Garantias, Seguros e Atração de Investidores	13
<i>Finanças Sustentáveis (Fundo Clima, ECO Invest, Green Bonds, Crédito de Carbono), Mercados de Capitais, Fomento e Multilaterais)</i>	
Abertura Segundo Dia	17
<i>Mercadante destaca o papel da ABDIB</i>	
Quarto Painel	
Novo Modelo de Regulação do Setor Elétrico e Transição Energética	18
<i>Fontes renováveis, Hidrogênio Verde, Subsídio cruzado e Eficiência energética</i>	
Quinto Painel	
Transporte e Logística na Transição Energética	23
<i>Readequação da Matriz de Transporte, Descarbonização, Estruturação de Projetos e Matrizes de Risco</i>	
Sexto Painel	
Saneamento Básico e Resíduos Sólidos	27
<i>Regulamentação, Estruturação de Projetos, Matrizes de Risco e Desafios para a Universalização</i>	

NÚMEROS DO LIVRO AZUL SÃO APRESENTADOS NO ABDIB EXPERIENCE



O presidente do Conselho de Administração da ABDIB, André Clark, abriu na manhã desta quarta-feira, dia 26 de novembro, o ABDIB Experience – evento que marca o lançamento da edição de 2025 do Livro Azul da Infraestrutura. Em sua apresentação, Clark chamou atenção para o momento positivo dos investimentos nos diferentes setores da infraestrutura. De acordo com a publicação, o atual ciclo de investimentos deve garantir a injeção de R\$ 400 bilhões em obras até 2030. Ele destacou, ainda, a necessidade de o país retomar os investimentos públicos no setor.

Na sequência, o diretor de Planejamento e Economia da ABDIB Roberto Guimarães detalhou os dados que constam do Livro Azul. Conforme a publicação, estão em estruturação, neste momento, um total de 469 projetos de infraestrutura sob responsabilidade da União, dos estados e das principais capitais do país. Juntos, eles deverão demandar um total de R\$ 757 bilhões em investimentos. Desse valor, R\$ 327 bilhões serão destinados a projetos federais e os outros R\$ 430 bilhões, a projetos dos estados e dos municípios.

Painel 1

Apresentação do Livro Azul da Infraestrutura 2025

Avaliação da Situação, Desafios, Gargalos e as Perspectivas do Setor

HIATO DE INVESTIMENTOS – Conforme o Livro Azul, os investimentos em infraestrutura alcançaram R\$ 280 bilhões em 2025. A maior parte desses recursos – ou R\$ 234,9 bilhões – têm origem privada e apenas R\$ 45,1 bilhões têm origem pública. Guimarães destacou, ainda, que as projeções feitas com base nos dados da edição de 2025 Livro Azul da Infraestrutura aumentaram em relação à edição de 2024 e que apontou a redução gradativa do hiato de investimentos calculado pela ABDIB.

O hiato indica a diferença entre os investimentos realizados e a necessidade de projetos nos diferentes setores da infraestrutura. De acordo com os números, o país necessita investir R\$ 497,7 bilhões por ano, durante dez anos, para atender às necessidades da infraestrutura. Isso significa, em relação ao investimento realizado, um hiato de R\$ 217, 8 bilhões. Embora expressivo, esse hiato, que representava 2,1% do PIB em 2022, caiu para 1,7% do PIB este ano.

O presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, destacou que, além da quantidade de projetos, o país vive um novo padrão de investimentos. Ela conta com recursos das agências de fomento, de recursos externos e do mercado de capitais. Ele destacou, porém, a necessidade de se abrir, no orçamento, um espaço fiscal que permita a ampliação da participação dos recursos públicos no financiamento dos investimentos em infraestrutura.



“É inconcebível que o país destine mais de R\$ 50 bilhões para as emendas parlamentares e não tenha dinheiro para financiar os investimentos em infraestrutura – essenciais para o desenvolvimento do país”. Tadini coordenou o primeiro painel do ABDIB Experience, que avaliou a Situação, Desafios, Gargalos e as Perspectivas do Setor.

AGILIDADE NO PROCESSO – Na sequência, o Secretário Especial do PPI da Casa Civil, Marcos Cavalcanti, apontou os avanços que houve nos últimos anos na qualidade da estruturação dos projetos em infraestrutura. Ele apontou, porém, a necessidade de fortalecimento dos órgãos de fiscalização e controle do governo federal, como o IBAMA, para assegurar a boa execução dos contratos. Cavalcanti concordou, ainda com a necessidade, apontada por Tadini, de se aumentar no orçamento os recursos disponíveis para os investimentos públicos demandados pela infraestrutura. “É preciso garantir esses recursos”, afirmou.

O economista Felipe Salto economista-chefe e sócio na Warren Investimentos, destacou a necessidade de se fazer um ajuste fiscal que libere para os investimentos os recursos de um orçamento em que 95% das despesas previstas são de execução obrigatória. É preciso não só ampliar o percentual de recursos para investimentos como, também, ser mais rigoroso com a execução da lei existente. Um conjunto extenso de medidas impopulares e difíceis de cortes de subsídios e outros benefícios precisam ser enfrentado caso o país queira mesmo crescer. “Se o Brasil quer ter crescimento, o setor público precisa de recursos para investir”, afirmou.

O economista Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, concordou com o avanço na qualidade da estruturação dos projetos apontada por Cavalcanti e observou que, por mais que seja necessário avançar com a segurança jurídica, “a Justiça tem ratificado os contratos assinados entre as concessionárias e o poder concedente”. Ele aponta, no entanto, a necessidade de se pensar nos problemas que têm prejudicado a execução dos investimentos no ritmo que o país necessita.

Um desses problemas é o da agilidade das agências reguladoras. “O tempo econômico é diferente do tempo burocrático”, lembrou Oliveira. “É preciso imprimir velocidade ao trabalho das agências reguladoras e agilizar os processos”, afirmou.

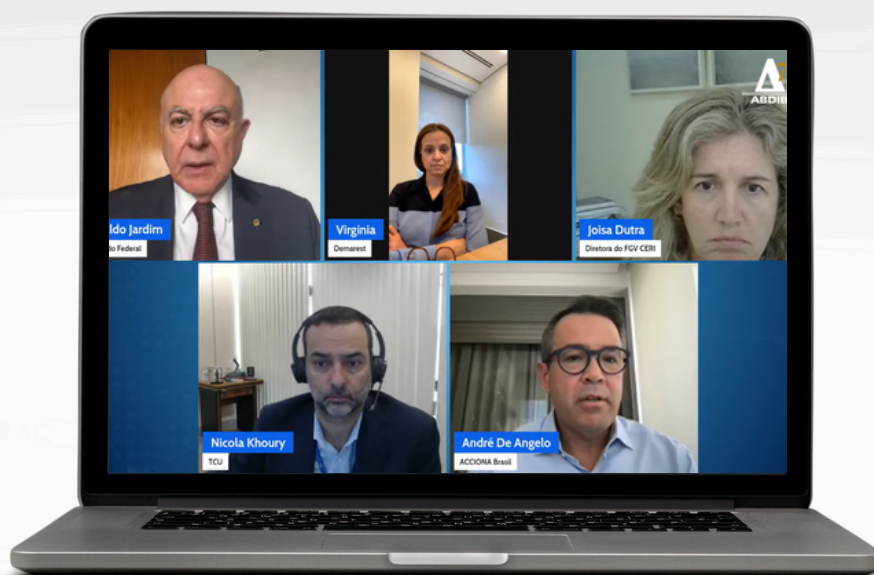
O economista Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, concordou com o avanço na qualidade da estruturação dos projetos apontada por Cavalcanti e observou que, por mais que seja necessário avançar com a segurança jurídica, “a Justiça tem ratificado os contratos assinados entre as concessionárias e o poder concedente”. Ele aponta, no entanto, a necessidade de se pensar nos problemas que têm prejudicado a execução dos investimentos no ritmo que o país necessita.

Um desses problemas é o da agilidade das agências reguladoras. “O tempo econômico é diferente do tempo burocrático”, lembrou Oliveira. “É preciso imprimir velocidade ao trabalho das agências reguladoras e agilizar os processos”, afirmou.



Painel 2**Segurança Jurídica, Regulação e Agenda Legislativa da Infraestrutura***Os obstáculos e os avanços regulatórios da infraestrutura*

Moderado por André De Ângelo, do Conselho de Administração da ABDIB e Diretor País da Acciona no Brasil, o segundo painel do ABDIB Experience, na manhã de quarta-feira, dia 26 de novembro, discutiu a Segurança Jurídica, Regulação e Agenda Legislativa da Infraestrutura. Participaram do debate o deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania/SP), o Secretário da Secex Consenso do TCU, Nicola Khoury, a fundadora e diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV, Joisa Savaiva, e a advogada e sócia do escritório Demarest, Virginia Mesquita. Ao apresentar o painel, De Ângelo destacou que o Brasil vive um novo ciclo de investimentos, com previsão de R\$ 400 bilhões nos próximos cinco anos, incluindo R\$ 123 bilhões em rodovias e R\$ 47 bilhões em mobilidade urbana.



SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS PARA UM PLANETA MELHOR

Na ACCIONA, oferecemos soluções sustentáveis para responder aos principais desafios globais. O nosso foco está nas pessoas e no planeta, e projetamos infraestruturas regenerativas para alcançar o seu bem-estar e conservação.

Porque acreditamos que existe uma maneira diferente de fazer negócios.



Saiba mais em:



BUSINESS AS UNUSUAL

Esse avanço, segundo ele, se deve à evolução dos marcos legais, da qualidade da estruturação dos projetos, à evolução das fontes de financiamento e ao das agências reguladoras. Conforme De Ângelo, é importante, para que o ciclo se mantenha, que se tomem novas providências. Entre elas, a definição “de critérios claros para indenizações em concessões, fundamentais para fortalecer a segurança jurídica e estimular novos investimentos privados”.

Em sua apresentação, Khoury, do TCU, destacou que a Secex Consenso foi criada há três anos para encontrar soluções negociadas para divergências nos contratos de concessões públicas. As negociações promovidas pelo órgão muitas vezes levavam em conta a necessidade de se adaptar a uma nova realidade situações que, muitas vezes, tornaram-se inviáveis diante de mudanças nas condições da economia e de avanços tecnológicos que tornaram sem sentido algumas exigências do contrato. “Um dos contratos analisados previa que a troca de informações sobre o andamento da concessão deveria se dar, obrigatoriamente, via fax – tecnologia que caiu em desuso há anos”, disse Cury.

Em seus três anos de operação, a secretaria homologou 20 acordos que envolviam ativos superiores a R\$ 300 bilhões em investimentos. Só em arbitragens foram encerrados R\$ 100 bilhões em demandas contra a União. Na opinião do secretário, uma das vantagens da busca do consenso na negociação dos contratos de longo prazo é “achar a porta de saída para problemas sérios, que vinham se arrastando há anos, às vezes, décadas”, afirmou. Segundo ele, o consenso precisa ser construído sem desconsiderar os pontos que são importantes para cada um dos lados. “É preciso levar em conta o que é essencial para o poder público, mas também o que é essencial para o poder privado”.

O deputado Arnaldo Jardim observou que, nos últimos anos, o Congresso Nacional contribuiu com avanços importantes, que ajudam a destravar a agenda regulatória. Em sua apresentação, ele destacou as principais evoluções regulatórias promovidas pelo Legislativo. Os avanços incluem, por exemplo, a definição de critérios para o crédito de carbono no Brasil. “Infelizmente não conseguimos, na COP, avançar para ter critérios internacionais na transação dos créditos de carbono”.

A advogada Virgínia Mesquita, do escritório Demarest, afirmou que, sem uma regulação eficiente e independente, com os órgãos de controle atuando com base numa legislação clara e coerente, dificilmente o país terá a segurança jurídica que é cobrada pelos agentes do setor de infraestrutura. Sendo assim, o setor espera que o ambiente no Congresso Nacional se acalme para que os projetos ainda pendentes de solução avancem na velocidade necessária e que resultem na melhoria da situação regulatória no Brasil.

A realidade atual é a de que o Brasil vive uma situação que ela chamou de “inflação normativa e regulatória” – ou seja, o excesso de leis muitas vezes conflitantes entre si sobre um mesmo assunto. Segundo a advogada, há competências superpostas entre os órgãos reguladores, além da “falta de colegialidade dos tribunais” – que estimula uma guerra de liminares que muitas vezes atrasa a uma decisão definitiva nas instâncias superiores em torno dos problemas que se acumulam à espera de uma solução.

Outra necessidade apontada por ela é a necessidade de um melhor aparelhamento de órgãos técnicos de excelência, como a Comissão de Valores Mobiliários, que, por falta de recursos, está praticamente paralisada. Outro exemplo dessa situação é a do Ibama – que não dispõe de recursos suficientes para lidar com a complexidade do licenciamento ambiental do Brasil. “É essencial garantir que o Ibama e as agências reguladoras tenham recursos para se manter em operação com eficiência”.

Joisa Saraiva, fundadora e diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV, também entende, a exemplo de Virgínia Mesquita, que um processo regulatório eficiente e independente é fundamental para se garantir a segurança Jurídica. Ela observou que, de tempos em tempos surge, como acontece atualmente, algum movimento no sentido de se reduzir a autonomia das agências reguladoras.

Com base nos dados do Livro Azul da ABDIB, Joisa Saraiva observou que, dos R\$ 280 bilhões de investimentos em infraestrutura realizados em 2025, 84%, ou cerca de R\$ 235 bilhões, vêm do setor privado. “Esse dado é expressivo e evidencia confiança no ambiente de negócios e no arcabouço regulatório”, observou. Esse valor só foi alcançado porque os investidores tinham confiança no arcabouço regulatório.

A advogada Virgínia Mesquita, do escritório Demarest, afirmou que, sem uma regulação eficiente e independente, com os órgãos de controle atuando com base numa legislação clara e coerente, dificilmente o país terá a segurança jurídica que é cobrada pelos agentes do setor de infraestrutura. Sendo assim, o setor espera que o ambiente no Congresso Nacional se acalme para que os projetos ainda pendentes de solução avancem na velocidade necessária e que resultem na melhoria da situação regulatória no Brasil.

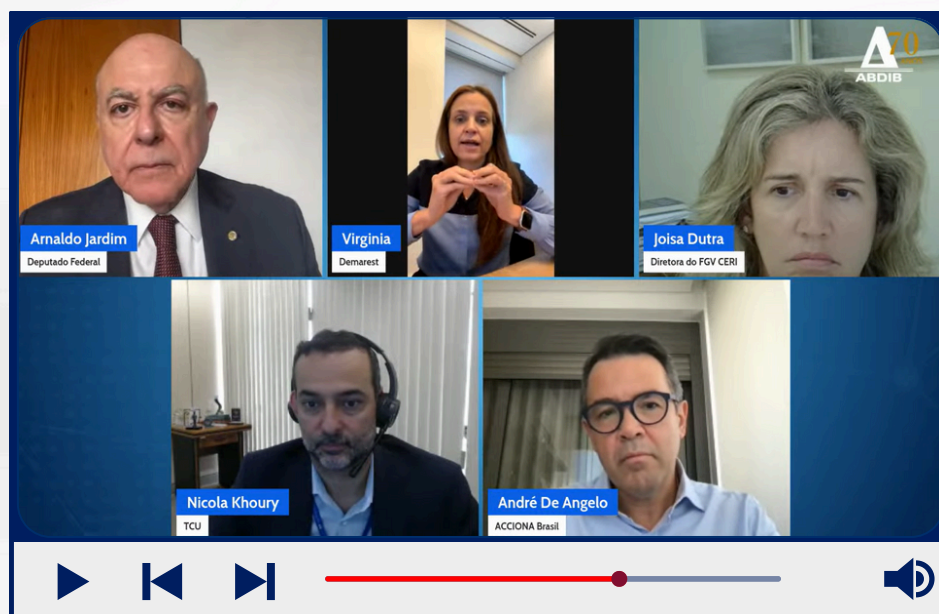
A realidade atual é a de que o Brasil vive uma situação que ela chamou de “inflação normativa e regulatória” – ou seja, o excesso de leis muitas vezes conflitantes entre si sobre um mesmo assunto. Segundo a advogada, há competências superpostas entre os órgãos reguladores, além da “falta de colegialidade dos tribunais” – que estimula uma guerra de liminares que muitas vezes atrasa a uma decisão definitiva nas instâncias superiores em torno dos problemas que se acumulam à espera de uma solução.

Outra necessidade apontada por ela é a necessidade de um melhor aparelhamento de órgãos técnicos de excelência, como a Comissão de Valores Mobiliários, que, por falta de recursos, está praticamente paralisada. Outro exemplo dessa situação é a do Ibama – que não dispõe de recursos suficientes para lidar com a complexidade do licenciamento ambiental do Brasil. “É essencial garantir que o Ibama e as agências reguladoras tenham recursos para se manter em operação com eficiência”.

Joisa Saraiva, fundadora e diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV, também entende, a exemplo de Virgínia Mesquita, que um processo regulatório eficiente e independente é fundamental para se garantir a segurança Jurídica. Ela observou que, de tempos em tempos surge, como acontece atualmente, algum movimento no sentido de se reduzir a autonomia das agências reguladoras.

Com base nos dados do Livro Azul da ABDIB, Joisa Saraiva observou que, dos R\$ 280 bilhões de investimentos em infraestrutura realizados em 2025, 84%, ou cerca de R\$ 235 bilhões, vêm do setor privado. “Esse dado é expressivo e evidencia confiança no ambiente de negócios e no arcabouço regulatório”, observou. Esse valor só foi alcançado porque os investidores tinham confiança no arcabouço regulatório.

“Nossas maiores fragilidades regulatórias estão, principalmente, no setor de saneamento e no de transporte e logística, que são os que mais demandam investimentos neste momento”, disse.

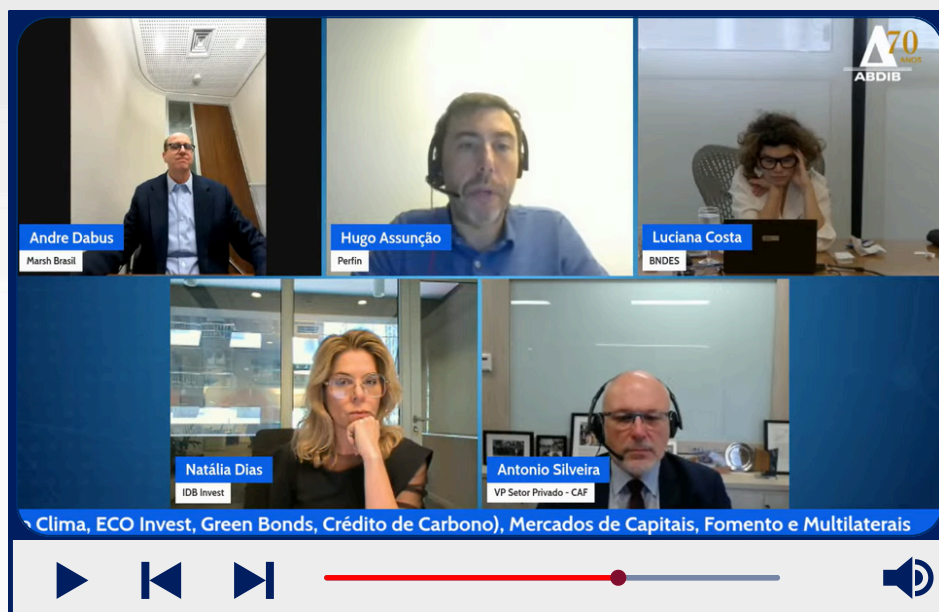


Painel 3

Fontes de Recursos, Garantias, Seguros e Atração de Investidores

Finanças Sustentáveis (Fundo Clima, ECO Invest, Green Bonds, Crédito de Carbono), Mercados de Capitais, Fomento e Multilaterais)

Na abertura do Painel 3, com tema “Fontes de Recursos, Garantias, Seguros e Atração de Investidores”, o moderador Hugo Assunção, CFO da Perfin Investimentos, destacou o momento inédito do financiamento à infraestrutura no Brasil, marcado pela complementaridade entre bancos de fomento, mercado de capitais e investidores institucionais. Segundo ele, o alinhamento entre debêntures, multilaterais, instrumentos climáticos e bancos públicos tem fortalecido o ciclo de financiamentos, ampliando prazos, customização e atração de capital estrangeiro.



Construir o futuro com energia 100% renovável é o nosso presente.

Agora, todo o nosso portfólio de geração de energia vem de fontes 100% limpas, como hídrica, eólica, solar e biomassa. Além disso, nossas metas de redução de carbono estão aprovadas pela Science Based Targets initiative (SBTi), que reconhece nosso alinhamento ao Acordo de Paris e aos esforços globais contra as mudanças climáticas.

Esses marcos na história da CPFL Energia são reflexos de escolhas feitas com consistência, de investimentos com visão de futuro e da dedicação de pessoas comprometidas que acreditam que a transição energética precisa ser real e acessível para esta e para as próximas gerações.

www.grupocpfl.com.br

A energia certa muda a vida da gente.



Colaboradores CPFL - Eólicas Aracati

Plano

ESG

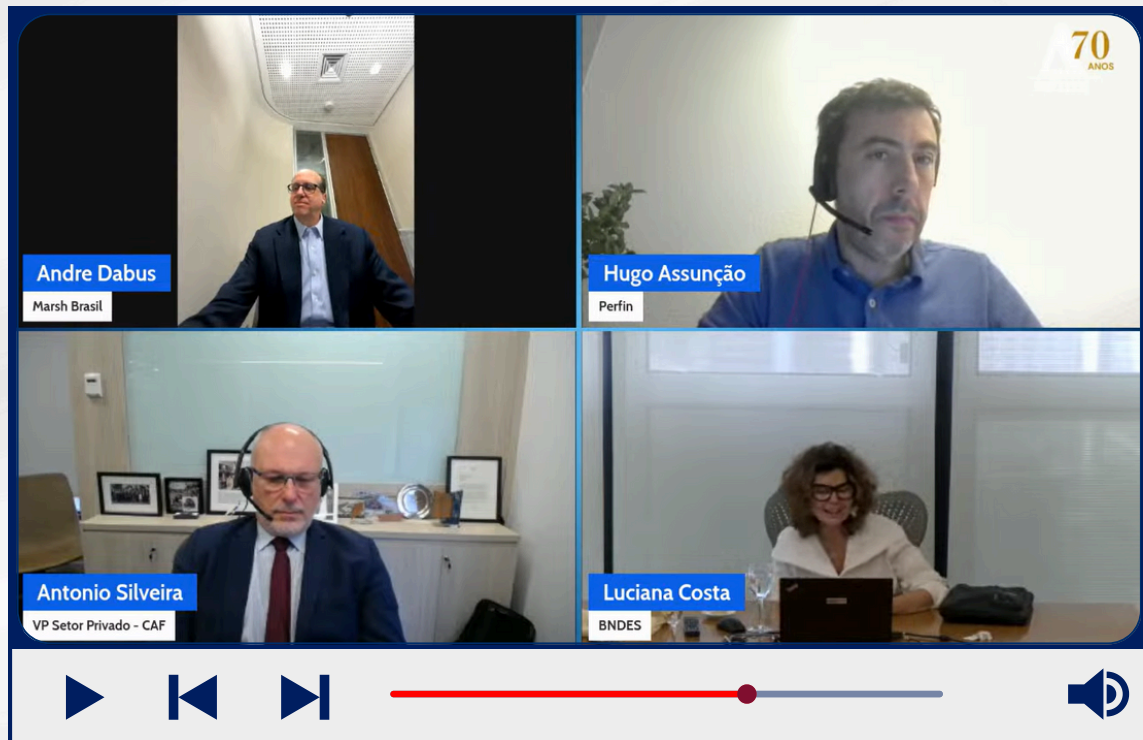
2030



Luciana Costa, Diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES, dando início ao painel, apresentou as mudanças recentes no banco e o avanço das aprovações em infraestrutura e transição energética, que dobraram de R\$ 40 bilhões para R\$ 80 bilhões por ano. Detalhou o novo posicionamento do BNDES, agora sem subsídios na taxa, atuando em conjunto com o mercado de capitais, ampliando o pipeline para mais de R\$ 50 bilhões e desenvolvendo instrumentos como financiamentos transitórios de médio prazo, integralização de debêntures e operações climáticas. Luciana também explicou a Plataforma Brasil de Investimentos, que organiza projetos estratégicos de transição energética e já mobiliza recursos internacionais e fundos de descarbonização.

Em seguida, Antonio Silveira, Vice-Presidente do Setor Privado do CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, destacou que a COP30 reforçou a centralidade da resiliência climática como desafio para a infraestrutura da América Latina. Defendeu que critérios de adaptação precisam ser incorporados desde a preparação dos projetos e que a região deve revisitar sua infraestrutura existente sob essa perspectiva. Silveira explicou que o CAF tem se consolidado como banco verde da região, ampliando incentivos climáticos, mecanismos de mobilização de capital privado e iniciativas conjuntas com outros multilaterais para financiar mitigação, adaptação e preparação de projetos resilientes.

Na sequência, Natália Dias, Diretora Executiva do BID Invest, ressaltou que o mundo vive uma transformação estrutural impulsionada por descarbonização, digitalização e mudanças demográficas, fatores que recolocam a infraestrutura no centro das estratégias de desenvolvimento. Lembrou que a América Latina enfrenta um gap de US\$ 2,2 trilhões até 2030, e explicou que o BID Invest atua tanto no upstream (regulação, capacitação e preparação de PPPs) quanto no downstream (financiamento direto, coinvestimentos, garantias e mitigação de risco). Natália reforçou o papel das finanças sustentáveis e destacou a atuação conjunta em instrumentos como o Eco Invest, voltados à atração de investidores internacionais.



Por fim, André Dabus, Diretor de Infraestrutura da Marsh Brasil, apresentou a visão do setor segurador e ressegurador, afirmando que o mercado está preparado para suportar a nova onda de investimentos em infraestrutura.

Reforçou que a correta modelagem dos riscos – considerando especificidades regionais, danos máximos prováveis e limites de cobertura – é essencial para garantir competitividade nos leilões e previsibilidade para o Estado e operadores.

MERCADANTE DESTACA O PAPEL DA ABDIB



O presidente do BNDES, Aloízio Mercadante, gravou um pronunciamento em que destaca a parceria entre a ABDIB e o banco de fomento. Exibido na abertura do segundo dia do ABDIB Experience, o pronunciamento de Mercadante ressalta o papel da entidade na defesa do papel do banco e mostra a importância da ABDIB para o fortalecimento da infraestrutura e da indústria de base. O presidente destaca, ainda, a importância do Livro Azul na alocação da carteira do banco.

Painel 4

Novo Modelo de Regulação do Setor Elétrico e Transição Energética

Fontes renováveis, Hidrogênio Verde, Subsídio cruzado e Eficiência energética

O painel de abertura do segundo dia do ABDIB Experience discutiu o novo modelo de regulação do setor elétrico e os desafios da transição energética. O debate reuniu Solange Ribeiro, Vice-Presidente da Neoenergia e Vice-Presidente do Conselho de Administração da ABDIB; o deputado federal Fernando Coelho; João Daniel de Andrade Cascalho, Secretário Jurídico e de Relações Institucionais da CPFL Energia.

Também participaram o professor Nivalde de Castro, do Instituto de Economia da UFRJ e Coordenador do GESEL; Fábio Nugnezi, Vice-Presidente de Marketing e Vendas da Hitachi Energy no Brasil; e Gustavo Gachineiro, Vice-Presidente armazenamento e as adaptações exigidas pelo avanço de novas cargas como data centers, hidrogênio verde e eletromobilidade.

O grupo abordou as mudanças recentes no marco regulatório, os impactos das Medidas Provisórias 1.300 e 1.304, desafios tarifários, a expansão da geração distribuída, a necessidade de modernizar e reforçar redes, o papel do Nacional de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia.

A moderação ficou a cargo de Solange Ribeiro, que é, também, vice-chair do Pacto Global da ONU. Ela conduziu o debate destacando a urgência de modernizar o modelo regulatório do setor elétrico, garantir previsibilidade ao investidor e preparar a infraestrutura para a transição energética — especialmente diante do crescimento acelerado da demanda, digitalização e novas tecnologias.



O deputado federal Fernando Coelho, (União Brasil), abriu o painel enfatizando a relevância das Medidas Provisórias 1.300 e 1.304 para corrigir distorções acumuladas no setor elétrico. Destacou avanços como o teto para gastos da CDE, a sinalização para armazenamento, a formação de preço, o cronograma de abertura de mercado e ajustes estruturais para reduzir subsídios. Apesar de vetos e concessões durante a tramitação, avaliou que o resultado final representa um avanço importante, apontando caminhos para equilibrar custos, fortalecer a segurança energética e enfrentar desafios como subsídios cruzados e distorções tarifárias.

João Daniel de Andrade Cascalho, Secretário Nacional de Energia Elétrica, reforçou que as MPs representaram uma vitória para o setor ao conter desequilíbrios, preservar a justiça tarifária e criar bases para maior previsibilidade regulatória. Destacou a importância da abertura de mercado — que o governo pretende antecipar —, o novo desenho da tarifa social, a definição do teto da CDE e a retomada dos leilões, incluindo potência, baterias, PCHs e hidráulicas. Ressaltou ainda a necessidade de modernizar a formação de preços, reequilibrar encargos e fortalecer o planejamento para enfrentar desafios como o avanço acelerado da geração distribuída e os impactos do corte de geração.

HITACHI

Hitachi Energy — Conectando o Brasil ao futuro da energia desde 1954

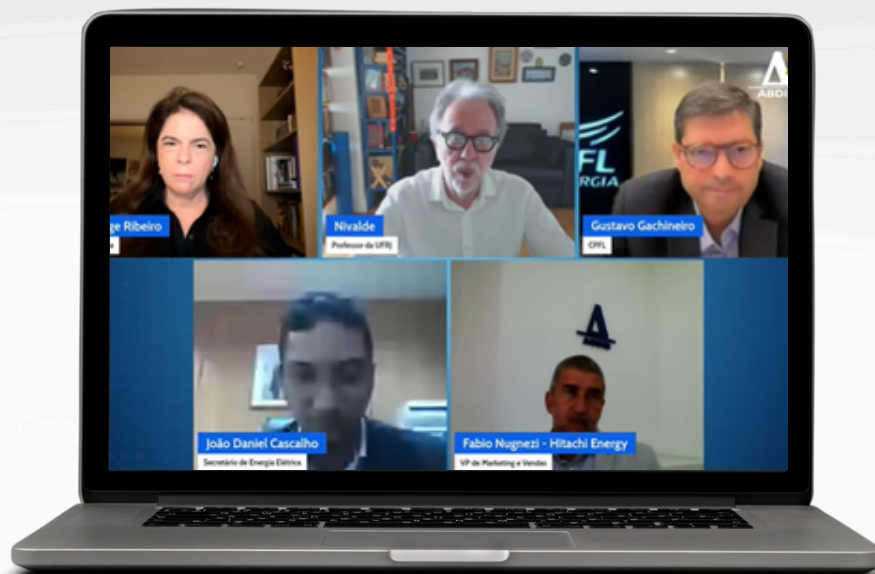
Há mais de 70 anos, a Hitachi Energy está presente no Brasil, impulsionando o desenvolvimento do setor elétrico com inovação, confiabilidade e compromisso com a sustentabilidade.

Hoje, reafirmamos nossa confiança no país com investimentos estratégicos para expandir nossas operações e apoiar a transição energética brasileira.



Nivalde de Castro, do Instituto de Economia da UFRJ e Coordenador do GESEL, apontou que o setor enfrenta simultaneamente um risco físico e um risco financeiro. Destacou que o crescimento desordenado da geração distribuída – sem coordenação com o planejamento – ameaça a liquidez dos ativos e amplia distorções tarifárias. Para ele, a solução estrutural passa pelo armazenamento de energia, especialmente baterias e usinas reversíveis, cuja agenda já está avançando no Ministério de Minas e Energia e no CNPE. Também ressaltou a urgência de modernizar os modelos de planejamento e cenários, hoje defasados frente à nova dinâmica de demanda (data centers, mobilidade elétrica, hidrogênio verde) e oferta altamente subsidiada.

Fábio Nugnezi, Vice-Presidente de Marketing e Vendas da Hitachi Energy no Brasil, destacou que a transição energética no Brasil depende fundamentalmente da expansão e modernização dos sistemas de transmissão e distribuição. Lembrou que, embora a matriz elétrica seja majoritariamente renovável, o desafio está no lado do consumo: garantir que energia limpa chegue às novas cargas. Ressaltou o papel estratégico da indústria eletroeletrônica na digitalização, automação, gestão de ativos e aumento da confiabilidade – elementos essenciais para integrar renováveis, atender data centers e suportar crescimento futuro. Defendeu ainda planejamento integrado e contínuo diálogo entre governo, mercado, academia e indústria.

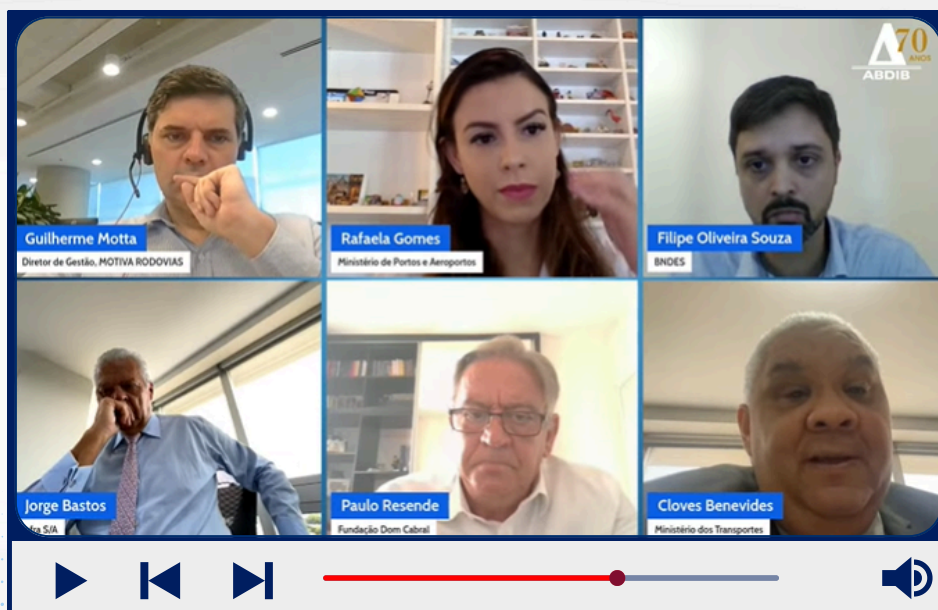


Gustavo Gachineiro, Vice-Presidente Jurídico e de Relações Institucionais da CPFL Energia, apresentou um panorama crítico dos impactos do atual modelo sobre o setor. Lembrou que o Brasil chegará a R\$ 120 bilhões em investimentos apenas em 2024, mas enfrenta forte distorção causada pelo subsídio à geração distribuída – previsto em R\$ 13,5 bilhões, beneficiando majoritariamente consumidores de maior renda. Explicou como isso tem provocado quedas relevantes de carga, aumento acelerado do corte de geração e perdas econômicas significativas, afetando previsibilidade e liquidez dos ativos. Para o futuro, destacou como prioridades: expansão da transmissão, investimentos em armazenamento (baterias e reversíveis), avanço em smart meters, planejamento para data centers e aceleração da eletrificação veicular.

Painel 5**Transporte e Logística na
Transição Energética**

*Readequação da Matriz de Transporte, Descarbonização,
Estruturação de Projetos e Matrizes de Risco*

Dando sequência ao evento, o painel 5 abordou Transporte e Logística na Transição Energética, destacando caminhos para reduzir emissões, reequilibrar a matriz de transportes, aprimorar o planejamento e estruturar projetos capazes de atrair investimentos privados. O debate contou com as participações de Cloves Eduardo Benevides (Subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes), Rafaela Gomes de Souza e Silva (Diretora Substituta do Ministério de Portos e Aeroportos), Filipe Souza (Especialista em Mobilidade Urbana do BNDES), Jorge Bastos (Diretor-Presidente da Infra SA) e Paulo Resende (Diretor do Núcleo de Logística, Supply Chain e Infraestrutura da Fundação Dom Cabral), sob moderação de Guilherme Motta, Diretor de Gestão de Concessões da Motiva.



Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, destacou que a sustentabilidade deixou de ser um elemento complementar e passou a orientar todo o planejamento estratégico do setor. Apresentou iniciativas que alinham o transporte à agenda climática, como a revisão dos inventários de emissões, a construção de metodologias em parceria com a CNT, ações de adaptação e mitigação, além da regulamentação conduzida pela ANTT para incluir investimentos obrigatórios em resiliência e transição energética nas concessões. Reforçou ainda que o momento atual combina o maior ciclo recente de investimentos públicos e privados, exigindo governança sólida, indicadores claros e capacidade de mensuração para orientar decisões e reduzir riscos.

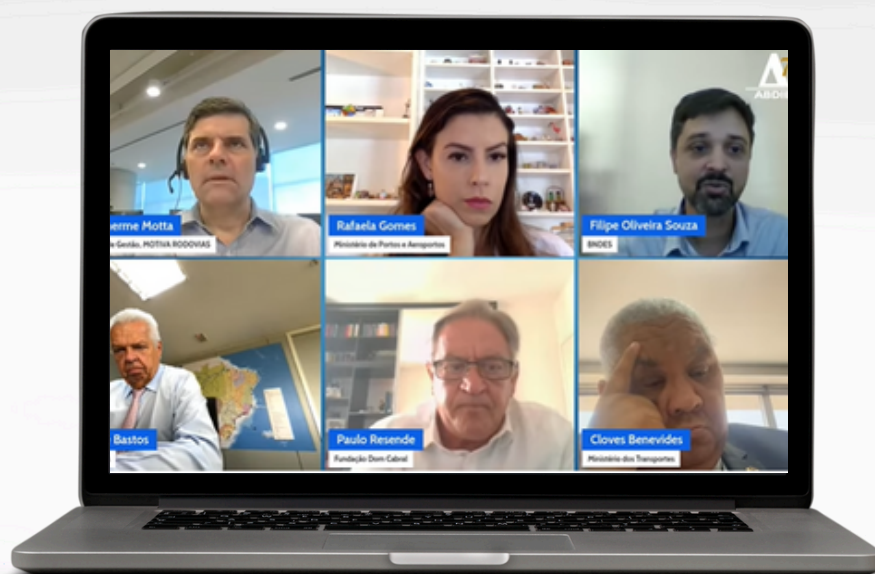
Rafaela Gomes de Souza e Silva, Diretora Substituta do Ministério de Portos e Aeroportos, ressaltou que a criação de uma diretoria dedicada à sustentabilidade permitiu integrar, de forma transversal, critérios de eficiência energética, inovação e redução de emissões nos investimentos portuários, aeroportuários e hidroviários. Destacou o Plano Setorial de Hidrovias – marco para reequilibrar a matriz de transportes – e iniciativas como o Plano Geral de Outorgas, direcionadas à ampliação da competitividade e ao fortalecimento da cabotagem e da navegação interior. Reforçou que hidrovias e cabotagem são cruciais para reduzir emissões e custos logísticos, e que o governo trabalha para triplicar o volume de cargas por hidrovias até 2030.

Filipe Souza, Especialista do Departamento de Mobilidade Urbana do BNDES, apresentou o Estudo Nacional de Mobilidade Urbana, considerado o maior levantamento de planejamento do setor já realizado no país. O estudo mapeia 21 regiões metropolitanas, com mais de 3 mil quilômetros de metrô, VLTs, BRTs e linhas estruturantes, além de estimar impactos como redução de emissões, menor tempo de deslocamento e aumento da acessibilidade. Filipe destacou o desafio financeiro: a tarifa não cobre custos operacionais e tampouco investimentos, gerando um gap estimado em R\$ 300 bilhões ao longo de 20 anos. O BNDES trabalha na construção de modelos que combinem concessões, PPPs, fontes alternativas de receita e aportes públicos, visando transformar o setor em um eixo estruturante de desenvolvimento urbano e clima.

Jorge Bastos, Diretor-Presidente da Infra SA, enfatizou que o país vive um momento ímpar de alinhamento institucional para avançar na logística.

Destacou a importância do Plano Nacional de Logística (PNL 2050) como um plano de Estado, construído com transparência, participação social e forte embasamento técnico. Ressaltou a necessidade de ampliar investimentos em rodovias, ferrovias, hidrovias e cabotagem, além de dar protagonismo à multimodalidade e à prioridade de projetos capazes de reduzir custos e emissões. Jorge também destacou o papel da Infra SA na construção de ferrovias, elaboração dos Planos Estaduais de Logística e fortalecimento de bases de dados – como o Observatório Nacional de Infraestrutura – para subsidiar decisões de governo, reguladores e investidores.

Paulo Rezende, Diretor do Núcleo de Logística, Supply Chain e Infraestrutura da Fundação Dom Cabral, apresentou percepções do setor produtivo sobre o PNL 2050, defendendo sua consolidação como um plano de Estado. Destacou que 66% dos custos logísticos no Brasil estão relacionados ao transporte de cargas, e que a readequação da matriz é essencial para reduzir despesas e emissões. Apontou que distâncias médias superiores a mil quilômetros, típicas de setores como manufaturados e alimentos, tornam a dependência rodoviária estruturalmente ineficiente. Para ele, fortalecer ferrovias, hidrovias e cabotagem é decisivo para melhorar competitividade e reduzir emissões – hoje concentradas em 89,5% no modal rodoviário. Concluiu enfatizando que o setor produtivo está engajado e que a inserção de sua visão no PNL garante respaldo técnico e credibilidade à política logística de longo prazo.



2026 CURSOS EDUCORP

CONCESSÕES E PPPS EM SANEAMENTO

Coordenação:
Gesner Oliveira



CONHECENDO O I-REC: CERTIFICADO INTERNACIONAL DE ENERGIA RENOVÁVEL

Coordenação:
Luciano Figueredo



FINANÇAS E CONTABILIDADE: VISÃO ESTRATÉGICA PARA ESPECIALISTAS EM INFRAESTRUTURA



Gustavo Tancini
Consultor Contábil |
Especialista em
Contabilidade | Doutor,
DiplPIR | Membro do
Conselho

Coordenação:
Gesner Oliveira



MODELOS DE REGULAÇÃO E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Professores:



Gabriel Fajardo
Diretor de Concessões e
Parcerias na Codelmege



Isadora Cohen
ICO Consultoria |
Integração
Público Privada

Fernando Marcato



ORÇAMENTO PÚBLICO E INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Coordenação:
Helder Rebouças



PPPS EM INFRAESTRUTURA SOCIAL EDUCAÇÃO E SAÚDE

Coordenador
Ramon Ferreira

Subcoordenador
Raul Borelli



PROJECT FINANCE

Coordenação:
Fernando Fleury



NÍVEL I E II REGULAÇÃO ECONÔMICA EM INFRAESTRUTURA

Coordenação:
Eric Brasil



SEGUROS E GARANTIAS PARA INFRAESTRUTURA



Carolina Jardim
Diretora de Credit
Specialties da Marsh Brasil



Isadora Cohen
ICO Consultoria |
Integração Público Privada

Coordenação:
André Dabus



TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUSTENTABILIDADE DO SETOR ELÉTRICO

Coordenação:
Maria João Rolim



**SAIBA
MAIS**



Painel 6

Saneamento Básico e Resíduos Sólidos

Regulamentação, Estruturação de Projetos, Matrizes de Risco e Desafios para a Universalização

O último painel do ABDIB Experience discutiu o Saneamento Básico e Resíduos Sólidos, reunindo autoridades e especialistas para discutir desafios regulatórios, universalização, matriz de risco, regionalização e perspectivas do setor. O painel contou com a participação de Paulo Henrique Monteiro Daroz (Coordenador de Regulação de Resíduos Sólidos da ANA), Leonardo Picciani (Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades), Celso Pedroso (CEO da Solví Participações), Brenno Machado (Diretor Institucional e de Desenvolvimento de Negócios da Acciona) e Carlos Almiro Melo (Diretor de Relações Institucionais, Sustentabilidade e Riscos da BRK), sob moderação de Rogério Tavares, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Aegea.



Paulo Henrique Monteiro Daroz, Coordenador de Regulação de Resíduos Sólidos da ANA, destacou a evolução da agência após as novas atribuições recebidas com o Marco Legal do Saneamento. Apresentou os avanços na publicação de normas de referência para água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem, como a MR8 (metas progressivas), a NR5 (matriz de risco contratual) e a NR6 (condições gerais de prestação de serviços). Reforçou ainda a importância da governança regulatória e da regionalização, especialmente relevante no caso dos resíduos, cuja logística depende de soluções e infraestruturas de caráter regional.

Leonardo Picciani, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, ressaltou que o país tem avançado de forma consistente em direção à universalização. Comentou o crescimento dos investimentos públicos e privados, o fortalecimento das agências reguladoras, a importância de sistemas de informação como o CISA e o aumento do interesse do setor privado. Destacou que, embora o cronograma até 2033 seja desafiador, o setor está mobilizado – e acelerar a regionalização, sobretudo em resíduos sólidos, será fundamental.

Celso Pedroso, CEO da Solví Participações, avaliou que o Marco Legal ainda está mais estruturado para água e esgoto, exigindo ajustes específicos para o avanço da destinação final de resíduos. Defendeu que a regionalização deve considerar infraestrutura existente, muitas vezes já regionalizada, e que a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços é determinante para eliminar lixões. Também abordou o papel estratégico do setor no mercado de carbono, lembrando que resíduos sólidos foram pioneiros na emissão de créditos no Brasil e permanecem como importante vetor de descarbonização.

Brenno Machado, Diretor Institucional e de Desenvolvimento de Negócios da Acciona, destacou desafios centrais para cumprir as metas do Marco Legal, como fortalecer as agências subnacionais, avançar na regionalização e aprimorar a segurança jurídica – ponto sensível para operadores internacionais. Mencionou ainda a necessidade de modelos tarifários sustentáveis, regras claras para equilíbrio econômico-financeiro e estratégias específicas para ampliar o atendimento em áreas rurais e informais. Segundo ele, prazos e metas definidos são essenciais para manter o setor avançando.

Carlos Almiro Melo, Diretor de Relações Institucionais, Sustentabilidade e Riscos da BRK, reforçou que o saneamento representa a nova fronteira dos investimentos em infraestrutura, mas ainda enfrenta obstáculos importantes. Entre eles, a necessidade de estabilidade regulatória, modelos de concessão mais precisos, melhor coordenação entre órgãos públicos, adaptação às mudanças climáticas, desafios da reforma tributária e limitações da cadeia de suprimentos frente ao volume de investimentos até 2033. Destacou que, embora a universalização plena seja difícil no prazo atual, avanços significativos serão alcançados com maior coordenação e previsibilidade.



PATROCINADORES

DIAMANTE



HITACHI

PRATA





ABDIB

A CASA DA INFRAESTRUTURA